

Kelly Pereira de Carvalho

**A ação cultural no cotidiano de crianças e adolescentes em situação de  
exclusão como meio de transformação social**

CELACC/ECA – USP  
2013

Kelly Pereira de Carvalho

**A ação cultural no cotidiano de crianças e adolescentes em situação de exclusão como meio de transformação social**

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos produzido sob a orientação do Prof. Dr. Silas Nogueira

CELACC/ECA - USP

2013

*Desconfiai do mais trivial, na aparência singela.  
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.  
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como  
coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de  
confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de  
humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada  
deve parecer impossível de mudar.*

**Bertold Brecht**

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução .....</b>	<b>6</b>
<b>2. Pobreza, violência e exclusão social .....</b>	<b>7</b>
<b>3. A produção histórica do abandono da infância e adolescência marginalizadas no Brasil .....</b>	<b>10</b>
<b>4. Inserção na marginalidade .....</b>	<b>12</b>
<b>5.O Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua e sua relação com a construção do ECA .....</b>	<b>14</b>
<b>5.1. Projeto Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo do Campo .....</b>	<b>15</b>
<b>5.2. Bloco Eureka: ação cultura para a transformação social .....</b>	<b>16</b>
<b>6. Considerações .....</b>	<b>21</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>24</b>

# **A ação cultural no cotidiano de crianças e adolescentes em situação de exclusão como meio de transformação social**

Kelly Pereira de Carvalho<sup>1</sup>

## **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo realizar um estudo sobre a ação cultural do PMMR (Projeto Meninos e Meninas de Rua) de São Bernardo do Campo no cotidiano de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A ação cultural é realizada por meio do EURECA (Eu reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente), bloco carnavalesco que surgiu em 1991 com a participação de crianças e adolescentes atendidas pelo projeto e a articulação das entidades que atuam na defesa dos direitos da infância e juventude. O bloco sai nas ruas anualmente com temáticas que debatem a situação de exploração e violação de direitos de crianças e adolescentes e a ausência do papel do Estado para o atendimento destas demandas. Esta abordagem será realizada a partir de uma leitura histórico crítico, contextualizando as situações de violação de direitos e as ações do Estado para a garantia da proteção infanto-juvenil.

**Palavras Chaves:** Pobreza, Violência, Exclusão Social; Criança e Adolescente; PMMR.

## **ABSTRACT**

This paper aims to conduct a study about the cultural action of the PMMR (the Project with Boys and Girls on the Street) from São Bernardo do Campo, that has worked with children and teens's lives in situations of social vulnerability. The Cultural action has happened through the EURECA (I recognize the Statute of Children and Teens), it is carnival group that started in 1991 with the participation of children and teens from the project and it had also involvement other services that act in defense of the rights of children and teens. Carnival's group goes out in the streets annually with thematic arguing the situation of exploitation and violation of the rights of children and teens, the state's defaults accomplishes obligation to them. This approach will be doing from a historical critical, contextualized situation of human rights violations and the actions of the State to guarantee the protection of children and teens.

**Key Words:** Violence, Social Exclusion, Children and Teens; PMMR.

---

<sup>1</sup>Pós-graduanda em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos pelo Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação da Universidade de São Paulo. Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul. Endereço eletrônico: [kellykenpereira@hotmail.com](mailto:kellykenpereira@hotmail.com)  
Orientador: Prof. Dr. Silas Nogueira.

## INTRODUÇÃO

“Pa pa pa panela vazia<sup>2</sup>  
Favela cheia,  
Sair na Avenida  
E acabar com a bandalheira.  
Falta educação, falta moradia,  
falta hospital e o pão nosso de cada dia.  
Daí vem o governo dizendo que não tem,  
talvez pra esse bando a fome seja um bem”.

Os versos acima são trechos do samba enredo do bloco EURECA de 1994, sem dúvida este representa bem mais que uma apresentação artística ou manifestação festiva do carnaval, mais sim um grito pela liberdade, pela reivindicação de direitos, pela luta contra o fim da exploração e pelo fim de uma infância abandonada e negligenciada pelo Estado. Uma infância que foi silenciada, massacrada e violentada durante anos, considerados como menores sem direitos, abandonados e relegados à própria sorte.

Este movimento de fazer-se ouvir em meio a um contexto de negligências sociais, compreende a ação cultural do PMMR (Projeto Meninos e Meninas de Rua). Ação esta, que não se resume apenas na manifestação festiva, mas possui um caráter intencional de defesa dos direitos, como também o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos que constroem a própria história.

A ação cultural conforme aponta Teixeira Coelho (1986) não possui o objetivo de construir um determinado tipo de sociedade, engessando-a em seu movimento ou não reconhecendo sua capacidade de criação, pelo contrário, direcionada a uma população concreta ela atuará no processo de consciência dos sujeitos dela envolvidos, ela fará “com que essas pessoas tomem consciência de si mesmas diante de si mesmas e diante do coletivo, tratará de provocar essas consciências e de fazê-las enfrentar a tensão”. (1986, p.113)

“Falta educação, falta moradia, falta hospital e o pão nosso de cada dia”, é a representação do cotidiano de crianças e adolescentes do Brasil. “Sair na avenida para acabar com a bandalheira”, é o movimento que possibilita o romper da inércia, de uma condição de subalterno e posicionando-se frente a esta questão cobrando do Estado alternativas para esta demanda. É desta forma que o PMMR, criado na década de 1980 por um grupo de militantes que defendem os direitos das crianças e adolescentes marginalizados, vem direcionando sua ação, atuando na tensão entre a produção da rebeldia e da miséria, e construindo frentes de mobilização social.

Cabe ainda destacar que esta situação de marginalização da infância não é um fato da atualidade, mas esta condição, conforme aponta Pereira (2011), é opressora e histórica, iniciada desde a época do Brasil colônia com a escravidão, onde havia a figura do menor abandonado e menor enjeitado, posteriormente com a figura do menor marginalizado e na atualidade com os meninos e meninas em situação de vulnerabilidade social.

Neste sentido, este texto se propõe a realizar um estudo sobre a relevância da ação cultural do bloco Eureka no cotidiano de crianças e adolescentes, para tanto será necessário uma leitura histórico crítica da infância e juventude marginalizada no Brasil e quais tem sido as ações do Estado para o atendimento a esta questão.

---

<sup>2</sup> Samba enredo do bloco Eureka de 1994. Disponível em [www.pmmr.org](http://www.pmmr.org)

## 2. Pobreza, violência e exclusão social

A sociedade se faz na totalidade das relações sociais, ou seja, em um sistema de interações humanas, da força dos múltiplos movimentos dos sujeitos que se inter-relacionam, modificando seu meio e sendo modificado por ela. O desenvolvimento histórico dos meios de produção são dimensões concretas da vida humana, que ao longo dos anos vem passando por modificações que possibilitaram o desenvolvimento de novas tecnologias.

Vivemos em uma sociedade onde as relações sociais são determinadas pelo sistema capitalista de produção, onde todas as aquisições humanas são permeadas pela lei do mercado. O avanço da tecnologia ampliou as possibilidades de um mundo globalizado, estamos hoje em uma era digital, em um cyberspaço, cybercidade, onde a comunicação ultrapassou as barreiras da presença física do homem. Desta forma a globalização se tornou, nas palavras de Milton Santos o ápice do processo de internacionalização do capitalismo. (2000, p.23) Ampliam-se, de um lado, as possibilidades de circulação, graças às formas modernas de difusão das inovações, a informação constitui um dado revolucionário nas relações sociais. (2000, p.71)

Para Boaventura de Sousa Santos, entramos em uma época de grande turbulência, de equilíbrios particularmente instáveis e regulações particularmente precárias (2003, p.283). A sociedade de consumo, a cultura de massas e a revolução da informação e da comunicação superficializou tanto as condições de existência como o modo de a pensar. (SANTOS, 2003 p.285)

A natureza se tornou para o modo de produção capitalista uma mera condição de produção (Santos, 2003 p.34), tudo é transformado em mercadoria, inclusive a mão de obra do trabalhador. Mudam-se as relações de produção, auxiliadas pelos recursos das tecnologias de informação, aumentam a produtividade dos serviços e reduzem a necessidade da presença física do trabalhador.

Alterações no plano econômico, ideológico e geopolítico são mudanças que ocorreram na sociedade, entretanto, este avanço desenfreado do capitalismo contribuiu para o acirramento das desigualdades sociais. Os limites desta transformação começam hoje a ser evidentes e os riscos e perversidades que acarreta, alarmantes, bem demonstrados nos perigos cada vez mais iminentes de catástrofe ecológica (SANTOS, 2000 p.34).

O espaço-tempo da produção é o espaço-tempo das relações sociais através das quais se produzem bens e serviços que satisfazem as necessidades tal como elas se manifestam no mercado enquanto procura efetiva. Caracteriza-se por uma dupla desigualdade de poder: entre capitalistas e trabalhadores, por um lado, e entre ambos e a natureza, por outro. Esta dupla desigualdade assenta numa dupla relação de exploração: do homem pelo homem e da natureza pelo homem. A importância do espaço-tempo da produção reside em que nele se gera a divisão de classes que juntamente com a divisão sexual e a divisão étnica constitui um dos grandes factores de desigualdade social e de conflito social. (SANTOS, 2003 p.306)

O atual cenário nos revela uma grande parcela da população à margem da sociedade, formando uma massa de trabalhadores sobretantes, que serão resgatados e descartados de acordo com o mercado, onde suas condições de vida são determinadas pelo sistema capitalista, onde este acaba por determinar quem irá trabalhar ou não, assim como quem irá comer, quem poderá estudar ou ter a possibilidade de frequentar teatros, cinemas, enfim ter acesso aos bens e serviços que foram produzidos pelo conjunto da humanidade, mas

disponíveis somente para alguns. É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relações de hierarquia, mando e obediência. (CHAUI, 1993 p.54)

Vivemos nas palavras de Ianni “em um presente que se acha impregnado de vários passados”. (Ianni, apud Behring, Boschetti; 2006:72). Esta situação é agravada no caso específico de crianças e adolescentes, que a cada dia sofrem com a violência e a violação de seus direitos, cotidianamente são empurradas pela pobreza crescente, sendo coagidas a lutar por si mesmas e por suas famílias, alterando o curso de sua socialização e o caráter lúdico de sua identidade infantil.

O acesso a estes sistemas avançados não se faz de forma igual entre a população, de um lado temos uma minoria detentora dos meios de produção, e de outro uma grande não detentora que procura vender sua força de trabalho como meio de sobrevivência.

A concentração [de riqueza] chegou ao ponto de o patrimônio conjunto dos raros 447 bilionários que há no mundo ser equivalente à renda somada da metade mais pobre da população mundial – cerca de 2,8 bilhões de pessoas” (Mello, apud Braz e Netto, 2008:245).

Para Santos (2000) a pobreza atual resulta da convergência de causas que se dão em diversos níveis, existindo como vasos comunicantes e como algo racional, um resultado necessário do presente processo, um fenômeno inevitável, considerado até mesmo um fato natural. E esta naturalização da pobreza de acordo com o autor é produzida politicamente pelos atores globais e com a colaboração consciente dos governos nacionais.

Esta era de “esquizofrenias da globalização” tem causado na sociedade contemporânea, crises de inseguranças, medo e instabilidade. Nilo Odália, ao realizar o debate sobre a temática da violência, a considera como um estado de privação, onde todas as pessoas tendem a prática do isolamento, pois “ela nos despoja de alguma coisa, de nossa vida, de nossos direitos como pessoas e como cidadão” (ODÁLIA, 2004 p.86).

O mundo torna-se menor, restringe-se, e o isolamento familiar, assegurado atrás de pesados portões e protegido por uma parafernália eletrônica – único contato com mundo exterior -, revela com nitidez que a casa hoje é menos compreendida como o lugar de repouso e tranquilidade, uma ligação amorosa com o exterior, e mais como um refúgio contra a vida exterior, contra a violência, preocupação contra a constante e diuturna.”

O mundo desfila diante do telespectador; se vê a miséria das favelas, vê também a opulência de mansões cinematográficas; se vê um governante diminuir do orçamento nacional os fundos que destinam à assistência aos pobres. “A impressão amarga que nos resta na boca é de que riquezas e misérias são consumidas, através do jornal, do cinema, da televisão, em doses tão maciças que a vizinhança espúria funciona como um antídoto – inibidor dos germens da revolta e do inconformismo. É como se experimentássemos a sensação de alívio porque a miséria está com o outro, e a riqueza poderá um dia estar conosco” (ODÁLIA, 2004 p.28).

Os meios de comunicação cotidianamente apresentam shows de espetáculos sangrentos e violentos que ocorrem nas grandes cidades, como assaltos, estupros, homicídios, dentre outros, conduzindo a opinião pública, sem realmente realizar o debate sobre o cerne da questão social. Questão social aqui apresentada como fruto da relação desigual e excludente inerente ao modo capitalista de produção.

Para Nogueira,

A forma insidiosa de divulgação de riquezas, bens de consumo, serviços e comportamentos inacessíveis à grande maioria da população brasileira. A sedução, e mesmo a imposição, de um universo de mercadorias e comportamentos, em uma sociedade marcada pelo mais perverso contraste econômico e social, além da violência da frustração e da carência, funda a possibilidade do aumento de atos violentos para o acesso aquele universo de sonhos e mercadorias, os furtos, roubos, assaltos e latrocínios (1998, p.8).

Estas representações dos aspectos simbólicos da violência são legitimadas pelo aparato midiático, justificando-a pelas causas psicológicas e morais.

Conforme refere Chauí:

Surge o “indivíduo criminoso”, aquele que “ não tem motivos para cometer crimes e os comete”, o violento em si, o malfeitor em si, o imoral em si, o insano, construídos pelos meios de comunicação.[...] as determinações sócio-ecônômica desaparecem e resta apenas a ideologia da classe média brasileira, moralista e autoritária. E não é casual a aceitação do termo “marginal”: com ele a população se liberta imaginariamente do horror da exclusão social (1993:141,142).

A pobreza enquanto manifestação da questão social é produto das relações sociais vigentes de uma sociedade mediada pelo modo capitalista de produção, onde acumulação e miséria formam os dois lados de uma mesma moeda onde gira a vida humana. A miséria acaba por ser a privação total, como aniquilamento ou quase da pessoa. A pobreza é uma situação de carência (SANTOS, 2000 p.132).

Essa produção maciça da pobreza aparece como um fenômeno banal. Uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável. Mas é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parcializadas, segmentada, como é o caso do Banco Mundial, que em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza (SANTOS, 2000 p.72).

Desta forma, os pobres são condicionados a assumirem seu lugar nesta trama social, sendo este um espaço caracterizado pelos seus atributos negativos, desqualificados pelo sua condição social. As classes ditas “subalternas” de fato o são e carregam os estigmas da suspeita, da culpa e da incriminação permanentes. (CHAUÍ, 1993 p.57) A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo. (SANTOS, 2000 p.133)

Assim, a pobreza assume um caráter multidimensional que ultrapassa a privação material aos bens e serviços, mas é uma categoria política que se traduz pela carência de direitos de oportunidade, de informação, de possibilidades e de esperanças, sendo identificada como uma doença da civilização, cuja produção acompanha o próprio processo econômico. (Santos, 2000 p.70-71) Um universo marcado pela subalternidade, pela dor, o sofrimento, a revolta silenciosa, a humilhação, o cansaço e a ausência de perspectiva para o presente lançando a sorte da felicidade para geração futura.

Nesse sentido a pobreza, violência e exclusão são expressões da questão social que sempre estiveram presentes no processo de desenvolvimento do país, hoje mais do que nunca as suas formas permanecem vivas no cotidiano de grande parcela da população, tendo na atualidade o patrocínio da mídia.

### 3. A produção histórica do abandono da infância e adolescência no Brasil

As categorias pobreza e violência tem sido alvo de diversas pesquisas fundamentadas por várias correntes de pensamento. Compreendendo a pobreza e a violência como produto das relações determinadas pelo modo capitalista de produção, as explicações e respostas para a superação desta questão se deu de várias formas ao longo dos anos, sobretudo no que se refere ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

A história de crianças e adolescentes no Brasil não pode ser contada seguindo a ludicidade dos contos de fadas, onde existem príncipes valentes e encorajados que lutarão para libertar suas princesas das inescrupulosas maldições dos vilões das histórias. Ao contrário, esta história é marcada pelo caráter sombrio e aviltante da violência. Abandono, exploração, extermínio, ausência de proteção, fome, abuso sexual, privação da ludicidade, sobrevivência nas ruas, alvos das políticas de genocídio são fatores que permeiam o cotidiano histórico de crianças e adolescentes.

Segundo João Clemente de Souza Neto, a política de genocídio contra crianças e adolescentes, esteve presente desde os tempos da colonização do Brasil. Para o autor esta política se iniciou, “quando milhares de crianças indígenas eram assassinadas, no momento em que os portugueses invadiam as tribos para tentar “domesticar” os índios” (1993). Outro ponto a ser ressaltado, foi a “missão jesuítica” de catequização das crianças indígenas.

Caracteriza-se outra prática de violência quando os Jesuítas, imbuídos do “espírito evangélico” que valorizava a criança a partir dos ensinamentos de Cristo, viam nelas uma “garantia de constituição de progenitoras mais angélicas do que diabólicas”. Tinham como proposta transformar as crianças pagãs em cristãs, rompendo com as crenças oriundas dos seus ancestrais, e, por meio delas, atingir a própria tribo. (SOUZA NETO, 1993 p.79)

Tinham em mente, pela catequese, conservar a docilidade e a obediência da criança na idade adulta, induzindo-as, por essa forma, à negação de sua própria cultura. Para facilitar seus trabalhos, os Jesuítas, na medida do possível, separavam algumas crianças das tribos, as quais iam residir na “Casa do Muchacho”, em Piratininga, onde se reuniam os órfãos e os filhos dos gentios. (1993:80)

No que se refere ao aparato legal para a proteção de crianças e adolescentes, em 1871 foi criada a Lei do Ventre Livre, que considerava livre todas as crianças nascidas a partir desta data. A lei estabelecia duas possibilidades para as crianças que nasciam livres, a primeira a possibilidade de ficar aos cuidados dos seus senhores até os 21 anos de idade, trabalhando para eles de forma gratuita, ou em segunda opção seriam entregues ao governo, daí se explica a questão do abandono de crianças negras.

Neste mesmo período eram comuns as práticas de abandono de crianças em praças, terrenos ou em portas de igrejas, como estratégia para atendimento a esta demanda foi a criação da Roda dos Expostos<sup>3</sup>, através do estabelecimento de convenio entre o Estado e as

---

<sup>3</sup> Roda dos Expostos – instrumento de tradição europeia que apresentava forma cilíndrica que girava em torno de seu próprio eixo, possuía uma abertura para o interior da Santa Casa, onde eram depositadas as crianças enjeitadas. Foi criada por Lucas A. Monteiro de Barros - Visconde de Congonhas do Campo – 1º Governador de

Santas Casas de Misericórdia, prática de origem europeia, trazida pelos portugueses no período da colonização. Para Neto, é difícil definir os motivos que levavam as mães ao abandono dos filhos, levando a crer que seriam por razões de ordem econômica, social ou moral, pois na maioria dos casos, “as crianças abandonadas nas “rodas” eram filhas de mulheres livres brancas,” (1993:81) ou crianças que nasciam com má formação.

A criança ilegítima, pela moral da época, causava um escândalo social para as famílias nobres e para a mulher branca em geral. A honra das moças brancas tinha que ser preservada a qualquer custo. O estigma de desonra ligado à mãe solteira era intimamente mais forte do que o estigma de ilegitimidade que o filho teria de suportar. (idem)

A orientação desta prática de institucionalização de crianças pautava-se na preocupação de proteger estas crianças de se tornarem vadios no futuro. As crianças abandonadas permaneciam nas Santas Casas pelo período de dois meses, as que conseguiam sobreviver eram encaminhadas a “criadeiras” - pessoas pagas pela Santa Casa para cuidarem destas crianças até os sete anos. Após esta idade, elas seriam adotadas ou encaminhadas ao Arsenal da Marinha ou Recolhimento das Órfãs conforme aponta o autor.

Outro instrumento normativo de atendimento a crianças foi o Código de Menores de 1917 que passou por várias modificações até se chegar à construção do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990. Cabe aqui ressaltar que todos os instrumentos normativos anteriores ao ECA, tratam de medidas de controle social do que propriamente de assegurar direitos.

Conforme aponta Souza Neto (1993), tanto a Lei do Ventre Livre como o Código de Menores carregam características de uma visão repressora e mantenedora da ordem e da moral, considerando a criança como menores incapazes e perversos. O Código de Menores principalmente consolida-se por uma diretriz assistencial, na tentativa de manter o controle sobre a infância abandonada e a reabilitação da delinquência.

Com a Reforma do Código, ele passou a integrar uma visão terapêutica do tratamento ao infrator, dividindo crianças entre “integrados” e “marginais e marginalizados”, culpabilizando as famílias pela sua situação econômica e por ser “desestruturada”.

Os juristas, constatava que os meninos que viviam na rua, já avançando o século, aprendiam com os maus colegas vícios e palavras pornográficas. A rua, com seus múltiplos espaços, beco, cortiços, propicia aos menores pequenos delitos. Lemos Brito, traçava um quadro, no início do século, sobre a infância abandonada, jogando nos pais a culpa dessa realidade, pois, segundo ele, as famílias ficavam na vadiagem, jogos, e acabavam por não cumprir com suas responsabilidades paternas e maternas (SOUZA NETO, 1993 p. 82, 83).

Como a única forma de atendimento para estes “menores infratores” era por meio da internação para a correção de situações irregulares, valorizando a intervenção judiciária e a criação da FEBEM (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor), o Estado passa a integrar ações educativas, porém pautado em práticas assistencialistas, “a criança deveria ter

---

São Paulo - a 2 de julho de 1825 no hospital da Misericórdia (Chácara dos Ingleses), deixando de existir em 1949. Colocava-se a criança no interior desse cilindro; este era girado de 180 graus, passando, então, a abertura do cilindro para o interior do prédio. O entregador tocava uma campainha que soava no dormitório das freiras e uma delas, então, recolhia a criança, providenciando sua internação. A mortalidade era bastante alta (cerca de 30%) entre as crianças rejeitadas. Fonte: [www.santacasasp.org.br](http://www.santacasasp.org.br), acesso em 20/04/2013.

garantidos aos cuidados higiênicos, de saúde, educação, disciplina e instrução, visando sua reintegração da sociedade” (SOUZA NETO, 1993 p.83).

Em julho de 1990 é promulgado Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8069, apresentando uma nova proposta de atendimento, considerando crianças e adolescentes não mais como menores delinquentes, mais sim como sujeito de direitos em situação peculiar de desenvolvimento. Para o ECA, a criança é reconhecida como cidadão, pois até então, no Brasil, era “incapaz” e não é a criança que está em situação irregular, mas o Estado, a Sociedade e a Família, quando não garantem seus direitos.

O ECA passa a identificar os responsáveis pela garantia dos direitos da população infanto-juvenil, rompendo a com a visão autoritária, repressiva, clientelista e a fragmentação das políticas voltadas à infância. Cria instâncias de fiscalização na comunidade como os Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares, podendo estas utilizarem os mecanismos de defesa e proteção dos interesses difusos e coletivos para casos de omissão e transgressões por parte das autoridades públicas. Ressaltamos que o Conselho de Direito tem formação paritária entre representantes do poder público e Sociedade Civil nas três esferas de governo e o Conselho Tutelar têm ação municipal.

O ECA enquanto instrumento normativo, representou para a Sociedade Civil um grande passo para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, e um marco na conquista dos movimentos sociais, assim como a Constituição de 1988. Entretanto, não podemos aqui esquecer que apesar desta conquista, ainda se perpetuam aspectos da pobreza, violência e exclusão da infância e juventude no país: a rua e o trabalho no tráfico ainda se apresentam como meio de sobrevivência para muitas crianças e adolescentes.

#### **4. Inserção na marginalidade**

A Constituição Federal de 1988 define que todos são iguais perante a lei, não fazendo a distinção, garantindo direitos sociais a todos os cidadãos. Entretanto, vários são os índices que apontam para a exclusão de camadas populares, sobretudo crianças e adolescentes.

De acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE de 2012, 60,8% de crianças estão inseridas em famílias com menor poder aquisitivo – cerca de dois salários mínimos-, 48,5% residem em domicílios em que o saneamento básico não é adequado, sendo que 10,7% estavam severamente expostas a risco de doenças, 8,4% de crianças nascem em situação de baixo peso, a taxa de evasão escolar chegou em 2011 a 32,2%, sendo que um em cada 10 alunos chega a abandonar os estudos entre a idade de 15 a 17 anos, dos adolescentes entre 16 a 24 anos 43% possuem rendimento de um salário mínimo, chegando a trabalhar por volta de 40 a 45 horas.

Conforme o censo de 2010, a população de crianças no Brasil é 59.657.337 e adolescentes 24.033.745, representando cerca de 43,9% da população, entretanto, de acordo com o Mapa da Violência de 2012 o Brasil é o quarto país com o maior índice de homicídios de crianças e adolescentes entre 99 países do mundo. Em 2010, 8.686 crianças foram assassinadas, aproximadamente 24 a cada dia do ano. Em outra pesquisa denominada “A cor dos homicídios” aponta que houve aumento de 23,4% do número de homicídios de jovens negros entre 12 e 21 anos, em relação a jovens brancos.

Estes dados não somente apontam o índice de violência contra crianças e adolescentes como também revelam a cor desta violência, o que nos faz refletir que o Brasil aboliu a escravidão legislativamente, porém, os números nos mostram que na prática são os negros, estes mesmo que para Darcy Ribeiro eram a massa substancial da mão de obra brasileira, são os maiores violentados neste processo aviltante (1995).

O que nos levar a pensar que exclusão e marginalidade não são situações naturais da sociedade, mas sim a ausência ou ineficácia de ações estatais. De acordo com a definição do dicionário o significado de marginal é o “individuo que se põe fora das leis, que vive à margem da sociedade; indigente, vadio, delinquente”.

Alba Zaluar, ao realizar uma pesquisa sobre a inserção de crianças e adolescentes na marginalidade aponta os principais fatores que permeiam esta relação: a condição de privação de determinados grupos sociais, a necessidade de manutenção do status e a influencia que exercem os desviantes numa situação de exclusão, onde a saída criminosa é a entrada possível para a sociedade de consumo (1993:208).

A partir de um estágio de fraqueza do adolescente como aponta a autora, os jovens são levados pela necessidade de urgência do “ter”, pela facilidade do o dinheiro que possibilitará a eles acesso bens e serviços.

[...] a sua inclinação para valorizar bens como arma e fumo, o dinheiro no bolso, as roupas bonitas e a disposição para matar. A posse desses objetos e a disposição para matar são como símbolos da masculinidade que se quer atingir nessa difícil passagem para o mundo dos adultos que implica a atração exercida sobre as mulheres. Como num ritual de passagem perverso, a adesão a tais valores e a exibição do bom desempenho no seu uso marcam a saída da infância e aceitação no mundo adulto do crime (1993, p. 193).

O jovem é estimulado a consumir e a construir sua pessoa pelo que veste, pelo que tem, o que torna a pobreza ainda mais humilhante. Não há valores morais nem religiosos na atual definição da pobreza (1993, p. 208).

Diante desta condição há uma redefinição de papéis, a família passa por mudança, não mais sendo a única forma de socialização da criança, mas novas instituições surgem neste cenário, a escola, os centros de assistência social e a polícia, passam a cumprir as funções antes exclusivas das relações pessoais entre pais e filhos (ZALUAR, 1993).

Entretanto, estas instituições não garantem a proteção integral conforme preconiza o ECA, muitas delas atuam na precariedade ou utilizando um efeito contrário do desejado, que reforça práticas antipedagógicas (ZALUAR, 1993), este exemplo é muito observado em ações policiais.

A família, e a escola vêm perdendo muitas vezes seu espaço para o crime organizado, uma instituição muito mais forte, que possibilita de forma ilusória a esta criança ou adolescente a realização imediata de seus desejos, entretanto atuando no limite da vida, mas mantendo uma relação de poder verticalizado (ZALUAR, 1993).

Esta inserção não é feita aleatoriamente, mas assim como as relações produtivas estabelecem uma relação entre dominador e dominado, a inserção destes jovens na marginalidade e no crime é construída pela imagem dos que tem “cabeça fraca que seriam teleguiados” e os de “cabeça forte que seriam os chefes”, conforme aponta a autora. “Esta é a separação mais importante no mundo do crime local: os “cabeças” e os “teleguiados” pertencem a duas classes distintas de pessoas. Os cabeças fortes, espécie de sujeitos absolutos, opõem-se aos “mentes-fracas” ou teleguiados” (1993, p.194).

O Brasil se formou e ainda se forma baseado em um sistema de exploração do homem pelo próprio homem, em um legado histórico de violação de direitos, e neste cenário crianças e adolescentes são muitas vezes condicionadas a assumirem papéis de marginais, subversivos,

criminosos ou delinquentes, onde a mídia vai contribuir para a construção da imagem de vilões da história principalmente em situações de crimes que envolvem adolescentes, entretanto, o debate sobre a formação destas cadeias de violências não é realizado, onde este jovem que ao mesmo tempo se coloca como o sujeito opressor, é também vítima de um processo de violação de direitos

## **5. O Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua e sua relação com a construção do ECA**

Os anos de 1970 a 1980 foram marcados pela presença de conflitos políticos através da repressão do Estado, onde a violação dos direitos e a tortura foram as consequências das ações do governo. Este período pode hoje ser considerado como um dos mais violentos da história do país, porém foi neste contexto de crise que mais se observou a mobilização da população na luta pelos seus direitos.

Para Gohn, estávamos na fase de lutas pela redemocratização do país, a crítica às teorias da marginalidade social já haviam sido realizadas e havia uma “categoria empírica forte, que era a de “povo organizado” (2005:52). Este sentimento repressivo, fez com que a população se organizasse em frentes populares no embate contra as imposições vigentes.

A comunidade representava a unidade mínima básica para a organização deste povo, era uma base territorial dotada de força política à medida que agregava associações e movimentos territorializados, que demandavam bens e serviços urbanos mínimos, de forma que se integrassem no processo urbano-industrial vigente (GOHN, 2005:52).

Neste período também se destacam ações repressivas contra crianças e adolescentes que viviam em situação de rua, não apenas por policiais, mas também de grupos de extermínio. Fazendo com que a sociedade civil se organize e realize denúncias, revelando a dimensão da violência praticada. Em 1985 surge o Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), organizando diversos segmentos da sociedade civil, com o objetivo de realizar um grande embate político e ideológico a favor da infância e adolescência no Brasil.

Com um propósito muito claro de lutar por direitos de cidadania para as crianças e adolescentes o MNMMR começa a denunciar a violência institucionalizada, provocada pela estrutura social caracterizada na omissão completa por parte do Estado em relação às políticas sociais básicas, enfatizando, porém, a violência exercida pelos aparatos de repressão e controle do Estado: policiais e delegacias de polícia (MNMMR, 1991:14).

Vários relatórios foram realizados pelo MNMMR sobre as condições violentas que as crianças eram tratadas e encaminhadas a órgão competentes como Delegacias, Ministério Público e Defensoria, entretanto fez-se necessário encaminhar para Organismos Internacionais como a ONU, para que o Governo Brasileiro respondesse por tal situação.

O MNMMR acabou ganhado forças e apoio de outros órgãos como a UNICEF, realizando em 1986 o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sendo a primeira

vez na história do Brasil que crianças e adolescentes, “de forma coletiva e de viva voz, contar a nação a situação de suas vidas. A tônica foram às denúncias contra toda sorte de violência por eles sofrida, sobretudo a cometida por segmentos da polícia”. (Ibidem)

O Encontro resultou em projetos de intervenção específica: criação pelo próprio MNMMR do projeto “Meninos e Meninas de Rua em contexto de violência: sua proteção e defesa”; e pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) do “Programa de Redução da Violência”. O objetivo de ambos era entender o fenômeno da violência e propor políticas e mecanismos para sua diminuição e eliminação. Nos anos de 1986 e 1987, concomitantemente à sua participação no processo constituinte, o MNMMR, nos vários estados da federação, denunciava o crescimento assustador do índice de prisões ilegais, tortura e assassinato de crianças e adolescentes em todo o país. (Ibidem)

Tamãha foi à repercussão do Movimento que mobilizou o Governo a adotar medidas como a instauração de inquéritos, a expulsão de policiais e a transferência de delegados, porém pela a avaliação do Movimento houve um número significativo de mortes e em muitos casos a impunidade dos criminosos, desta forma o MNMMR elege a luta contra o extermínio como uma prioridade, desenvolvendo ações bem significativas. Na Assembleia Geral de agosto de 1988, o MNMMR estabeleceu princípios e metas de intervenção contra a violência, atuando em duas linhas; a participação e pressão no processo constituinte e a criação de mecanismos para coibir e buscar eliminar a violência.

O Movimento ganhou forças e se estruturou em toda a parte do país, e hoje é composto por um conselho nacional com participação de membros das comissões estaduais, locais e de base. Este conselho tem a função de pensar formas de defesa contra a violência e fórmulas políticas. Porém, os encontros que ocorrem no núcleo de base tem uma importância significativa, pois é lá onde se encontram os principais sujeitos: os meninos e meninas de rua ou os que já saíram das ruas.

Uma das maiores ações do MNMMR foi a participação na construção do ECA, uma lei que representou grandes avanços sobretudo no que se refere a superação de ações assistencialistas e repressivas. Uma lei que inovou o atendimento ofertado a estas crianças reconhecendo-os como sujeitos de direito em pleno desenvolvimento, garantindo-lhes a proteção integral, entretanto, não podemos deixar de considerar que é uma lei com problemas ainda a solucionar dada a complexidade das relações sociais.

### **5.1 Projeto Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo do Campo**

O PMMR (Projeto Meninos e Meninas de Rua) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, cuja missão é contribuir para a construção da cidadania de crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, desenvolvendo ações educativas, mobilizando-os e estimulando-os no processo de novas relações com o mundo.

O Projeto teve início na década de 1980 através da iniciativa de um grupo de pessoas ligadas a Igreja Metodista e a Pastoral do Menor na cidade de São Bernardo do Campo, grande São Paulo. A década de 1980 foi marcada por um período de grande desenvolvimento da atividade industrial na cidade, isto se deu pela quantidade de indústrias que se instalaram

neste período, principalmente no ramo automobilístico. Este período também é marcado pelo aumento da população em busca de melhores condições para o trabalho, porém com os processos de automação das indústrias vários empregados ficaram desempregados, há um aumento significativo das terceirizações, com isso grande parte dos trabalhadores passam a recorrer pelos trabalhos informais, fazendo com que também as crianças e adolescentes fossem para as ruas do centro na tentativa de buscar sua sobrevivência e trazer auxílio para casa, o que resultou em crianças vivendo da mendicância ou em trabalhos informais.

As pessoas ligadas ao projeto realizavam abordagem a estas crianças e adolescentes, a princípio com atividades assistencialistas, como oferecer comida. A partir da abordagem realizada, estas pessoas começaram a perceber a situação de violação de direitos que estes jovens vivenciavam, principalmente depois da morte de seis adolescentes alvo de ações policiais, assim o projeto passou a pensar em outras estratégias de atendimento, propondo uma mobilização entre estes jovens para reivindicar por seus direitos, centralizando-os em um espaço onde já ocorriam discussões de outros movimentos sociais como de moradia, mulheres, negro.

O PMMR contribuiu para o surgimento do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, tendo representantes já na sua primeira equipe de coordenação; organizou e mobilizou pessoas e entidades para a criação do Fórum Municipal DCA; organizou a discussão de propostas e coleta de assinaturas para aprovação de capítulos sobre direitos da criança na Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica do Município e Estatuto da Criança e do Adolescente; participou da criação do CMDCA, Conselhos Tutelares e do CEDECA-ABC.

Os objetivos do PMMR são pautados em duas áreas; a primeira por meio do atendimento às crianças e adolescentes em situação de rua; e a segunda pela organização e intervenção nas políticas públicas para a infância e juventude.

Pela ação dos educadores de rua o PMMR foi ampliado para outras cidades como Diadema e Guarulhos, os projetos desenvolvidos recebem apoio internacional e aprovações em edital do Ministério da Cultura para a criação de Pontos de Cultura, onde o PMMR conta com dois pontos onde são realizadas oficinas de mídia e outro de percussão.

Uma das ações de destaque do PMMR é a realização anual do desfile do bloco carnaval EURECA (Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente) com o objetivo de divulgar as ações do ECA, a primeira vez que o bloco saiu nas ruas foi no primeiro ano após a aprovação do Estatuto e desde então o bloco sai todos os anos com temáticas diferentes que retratam temas relacionados a violação de direitos de crianças e adolescentes.

## **5.2 Bloco Eureka: ação cultural para a transformação social**

Realizar um estudo sobre uma ação cultural nos exige uma reflexão sobre o que é cultura e como se dá o processo de subalternização das culturas populares. Quando falamos que as relações sociais são determinadas pelo sistema capitalista de produção, afirmamos que o resultado deste processo é o crescimento desigual e desordenado que coloca sujeitos (negros, índios, pobre, mulheres, crianças) em um patamar de desigualdade e inferioridade em

relação aos padrões pré-determinados socialmente. E neste campo permeado de conflito a cultura também exprime a contradição existente, definindo-se entre alta e baixa cultura, popular ou erudita.

Quando definimos cultura, várias são as definições que permeiam este conceito, para Oliveira (2009) muitos são os erros cometidos acerca da definição de cultura que variam desde explicações sobre diversidade, ou utilizar para justificar hierarquias socialmente construídas.

Para Chauí a origem da palavra cultura nos remete ao sentido de cultivo ou cuidado, uma “ação que conduz a plena realização das potencialidades de alguma coisa, ou alguém, significa: desenvolver, fazendo brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios” (2006: p.129). A partir da necessidade de possuir recursos para sua sobrevivência, o homem apropria-se dos recursos da natureza, imprimindo a eles forma útil à vida humana.

Para Thompson,

Cultura é o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças (1995:176).

A partir de uma concepção dominante, a cultura passa a ser dividida em dois grandes blocos que é a expressão do antagonismo entre as classes sociais, de um lado temos a cultura clássica caracterizada pelas manifestações artística para a elite, ou seja, os que detêm os meios de produção; e de outro um conjunto saberes diferenciados considerada como cultura popular, vista como exótica ou até mesmo folclore.

Santos (2000) ao analisar os efeitos do desenvolvimento do capital sobre a cultura aponta que, ao seguir uma tendência globalizada acabamos por importar costumes, valores, crenças, tendemos a seguir um padrão estético do que vem a ser a cultura, tentando domesticar manifestações populares ou estigmatizar como a “cultura do povo”, desta forma a cultura sempre estará intrinsecamente ligada ao conceito do conhecimento das elites. E é neste processo conflituoso que a cultura popular assume seu papel de resistência contra a cultura dominante: “A cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos “de baixo”, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias” (SANTOS, 2000, p. 144).

Podemos ilustrar esta reflexão por meio de exemplos como o movimento de associações ou organizações comunitárias em sua relação direta com o território. Em sua maioria são espaços que possuem pouca infra-estrutura para atendimento ou desenvolvimento de atividades, muitas vezes construídas de forma precária, porém, é por meio da articulação destes espaços que as coisas acontecem, pois assumem um papel importante de representantes das comunidades, buscando melhorias para seus bairros. Como é o caso das ações culturais desenvolvidas por pequenos produtores ou coletivos culturais, ou até mesmo pessoas que transmitem o seu saber para outras, mas não se identificam com estes coletivos.

Os “de baixo” não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massas. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza,

ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. É desse modo que, gerada de dentro, essa cultura endógena impõe-se como um alimento da política dos pobres, que se dá independentemente e acima dos partidos e organizações (SANTOS, 2000, p.145).

Nessa concepção teórica passa a ser marcada pelo movimento dialético entre a normatização de uma estrutura, mas que ao mesmo tempo permite transcender a estas normas é um terreno de disputas onde se cria a tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência. Um campo de intervenção marcado por limites e contradições, mas que ao mesmo tempo nos impulsionam para as possibilidades.

E é no limiar entre a rebeldia e a resistência que a ação cultural se insere como alternativa para sairmos da inércia e apresentar propostas de trabalhos capazes legitimarem as expressões de culturas subalternizadas. Para Teixeira Coelho, “a ação cultural não deve ser pensada como uma proposta acabada, mas pensada a partir de seu movimento contínuo de reexame constante, a reelaboração: a vida”. (1986)

E é desta forma que atuação do PMMR por meio do Bloco Eureka se apresenta, como uma ação cultural que se utiliza de elementos do carnaval de rua para a divulgação e defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta ação ocorre anualmente por meio da articulação de organizações que atuam na defesa de direitos da infância e juventude, o bloco se formou em São Bernardo do Campo, mas a organização das entidades fez com que esta ação se espalhasse pelas cidades de São Paulo, São Vicente, Guarulhos, Diadema e Campinas. A ação cultural apenas se concretiza pela a ação dos sujeitos, “ação é algo que se faz com, ao lado de, por dentro, desde a raiz - um processo que só tem sujeitos e que forma sujeitos. (TEIXEIRA COELHO, 1986, p.100)

Para a coordenadora do PMMR de São Bernardo do Campo Sidneia, Bueno Mariano<sup>4</sup>  
<sup>5</sup>, “o Bloco Eureka representa a maior manifestação de rua a favor do ECA, pois através do lúdico e da arte, os meninos e as meninas passam a pensar que tem direitos”

O objetivo da ação cultural não é construir um tipo determinado de sociedade; mas ela não é apática, indiferente ou imobilista. Dirigindo-se a uma população concreta, ela tratará de fazer com que essas pessoas tomem consciência de si mesmas diante de si mesmas e diante do coletivo, tratará de provocar essas consciências e de fazê-las enfrentar a tensão (para não dizer “dialética”) entre o isolamento do singular e a solidariedade do coletivo – tensão da qual pode resultar um tipo determinado de sociedade, um novo tipo. (TEIXEIRA COELHO, 1986, p.113)

Todo o trabalho é pensado junto com os meninos, pois eles são os personagens principais do samba enredo. As oficinas de percussão e mídia são os espaços utilizados para a discussão sobre direitos e o que os leva a não acessarem esses direitos, sendo obrigados a fazer da rua seu espaço de trabalho e socialização. A partir desta realidade e a influência das expressões do hip hop é que constroem o samba enredo e a logomarca utilizada para cada temática, orientados pelos educadores do projeto. “Os meninos que passam pelo bloco saem com uma sementinha plantada para lutar por seus direitos”, afirma Sidneia.

O Eureka foi uma das atividades do projeto que ajudou a me conscientizar, a refletir”, afirma Leonardo Duarte, de 26 anos, educador do PMMR. Ele começou

---

<sup>4</sup> Sidneia Bueno Mariano é coordenadora do PMMR de São Bernardo do Campo.

<sup>5</sup> Entrevista realizada pela pesquisadora em 13/04/2013 com a coordenadora do PMMR

no bloco aos 13 anos, quando conheceu e passou a freqüentar o Projeto. Duarte, que é cearense da cidade de Juazeiro, antes de ingressar no PMMR, trabalhou na rua, em bancas de jornal e até nas portas de estádios de futebol. Segundo ele, o bloco sai para "incluir a discussão sobre o ECA numa manifestação cultural".<sup>6</sup>

Em 2013 com o tema "Eureca pela verdade antes que o mundo acabe" apresentou à questão da violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes durante o período da ditadura.

Marco Antonio da Silva Souza<sup>7</sup> – coordenador geral do PMMR coloca:

Nós estamos discutindo na perspectiva da Comissão da Verdade a questão da violação de direitos humanos de crianças e adolescentes no período da ditadura militar. Entendemos que diversos representantes de partidos políticos e movimentos sociais foram presos, torturados e muitos deles vieram a óbito, e seus familiares tinham crianças e isto estava registrado, e nós achamos importante que neste período possa ter capítulo sobre a violência do Estado Brasileiro contra as crianças da periferia, as crianças pobres e negras deste país, não passando esta história a limpo é um pouco o reflexo da violência desenfreada nas periferias de São Paulo. (REDE TVT)

Em 1991 depois do nascimento do ECA, começou-se a preparar o bloco onde o grande desafio era divulgar o Estatuto, tirá-lo do papel e ir para a avenida, "foi aí que surgiu o evento do carnaval, como uma estratégia para mobilizar a opinião pública em defesa dos direitos da criança e do adolescente", completa Souza. Desde 1991 vários temas foram abordados, como trabalho infantil, exploração sexual, orçamento público, diversos temas que envolvam a problemática da infância brasileira.

O bloco Eureca como ação cultural, se revela pela manifestação cultural que expressa o antagonismo entre as classes sociais, pois atua na contramão de um sistema de exclusão, lutando pelo reconhecimento dos direitos, contra o fim do preconceito e racismo, tornando-se, portanto uma forma de identificação, de simbologia das classes subalternas, sobretudo entre crianças e adolescentes.

Como características das formas simbólicas, o Eureca pode ser caracterizado como intencional, pois não é um movimento caracterizado pela neutralidade, mas que possui a intencionalidade, as ações estão "buscando certos objetivos e propósitos e tentando expressar aquilo que ele (sujeito) "quer dizer" ou "tenciona" nas e pelas formas assim produzidas" (THOMPSON, 1995).

É possível observar esta relação nos trechos dos sambas enredos<sup>8</sup>:

Com arte vou vencer a violência<sup>9</sup>,  
com arte vou mostrar o meu valor.  
No samba no gingado e no batuque,

---

<sup>6</sup> Entrevista cedida a Fundação Prómenino em 24/02/2006, disponível em [www.promenino.org.br](http://www.promenino.org.br)

<sup>7</sup> Marco Antonio da Silva Souza é coordenador geral do PMMR, entrevista concedida a rede TVT, disponibilizado em [http://www.vermelho.org.br/tvvermelho/noticia.php?id\\_noticia=205612&id\\_secao=29](http://www.vermelho.org.br/tvvermelho/noticia.php?id_noticia=205612&id_secao=29), acesso em 13/04/2013.

<sup>8</sup> Disponível em <http://www.pmmr.org.br/musicas.html> acesso em 10/05/2013.

<sup>9</sup> Samba enredo "Eureca 10 anos" (2001) de Marcelo Bombinha/Rone Costa/Cristiano – Educadores e adolescentes atendidos pelo projeto

mostrando na avenida o que eu sou.  
Eu sou criança e adolescente,  
eu sou comunidade organizada.  
Que nesta avenida eu canto a paz, eu canto o amor,  
e canto com alegria e muita dor.

Eo, ea o Eureka vai passar<sup>10</sup>.  
São dez anos de cobrança e denúncia.  
A Marechal vai gritar “Chega de violência”  
Lá vem, lá vem...  
[...]  
A bandeira do Movimento Meninos e Meninas de Rua  
com o estatuto na mão.

Vira Brasil,<sup>11</sup>  
Brasil tem que virar.  
Com Eureka na avenida  
pra exploração se acabar.  
Vai virando mais século, e você também,  
e as crianças do Brasil, esperando ser alguém.  
Desde que as caravelas aportaram no Brasil,  
acontece a exploração do trabalho infantil.  
Vendedor de picolé, pipoca e limão,  
sou eu mesmo sim sinhô, o puxador de papelão,  
para-brisa no farol, guarda carro ou engraxate.  
Somos cidadãos, cidadão da arte.

Os trechos acima, que foram compostos pelos adolescentes junto com os educadores, observamos que os temas abordados representam a realidade de vida de várias crianças e adolescentes espalhadas pelo Brasil, ao falar da violência que sofrem, da necessidade de trabalho para sua sobrevivência, a ausência histórica do atendimento do Estado e a luta do MNMMR na busca pela garantia dos direitos. A arte é considerada como ação cultural transformadora e reveladora, que extrai deste cotidiano de exclusão um grito de indignação e liberdade.

Neste processo não podemos deixar de considerar o papel dos educadores sociais na condução desta prática.

Para Teixeira Coelho (1986):

O responsável pela ação cultural precisa, primeiro saber como fazer para que pessoas atuem criativamente em grupo. É uma primeira matéria, um primeiro campo de estudo, ligado, sobretudo a psicologia e à pedagogia. Segundo: essa pessoa precisa ter uma noção do que está em jogo socialmente, antropológicamente, quando se intervém culturalmente num grupo, numa comunidade. Sem temer a redundância: o que está em jogo culturalmente quando se intervém culturalmente. Terceiro essa pessoa

---

<sup>10</sup> “Eureka são outros 500” (1993) – Daniel Vieira Filho/Educador social do PMMR

<sup>11</sup> “Eureka contra o trabalho infantil” (1996) de Ademar de Oliveira – militante do PMMR.

precisa conhecer, com razoável grau de profundidade, o que está em jogo quando alguém se lança na prática de alguma modalidade da cultura artística (seja “erudita” ou “popular”) formal ou de modos da cultura por assim dizer informais.

O educador, portanto passa a ser um mediador que atua na realidade fragmentada destas crianças e adolescentes, onde sua ação rompe a prática do assistencialismo ou da formalidade, e por meio desta interação com realidade os educadores interferem no movimento dialético das contradições sociais. A ação cultural, portanto passa a ser o resultado da relação educação, cultura e arte, possibilitando o despertar de uma consciência crítica e organizando coletivamente os sujeitos.

## 6. Considerações Finais

Eu vou falar da minha rua onde moro,<sup>12</sup>  
da minha rua, a minha vila onde moro.  
Se a sua rua tem asfalto, a minha não tem.  
[...]  
Se a sua rua é bonita a minha não,  
se a sua rua tem jardins a minha não.  
[...]  
A minha rua não é rua, é uma viela,  
nessa viela não rio, não tem piscina.  
E quando chove a gente brinca na enxurrada,  
quando a enxurrada não inunda a minha casa.  
[...]  
Na minha rua passa crente e descrente,  
passa ladrão, passa gambé e passa gente,  
e o viciado passa atrás de quem é quente,  
e o traficante passa bem na minha frente.

Minhas considerações para a finalização deste trabalho se iniciam a partir da reflexão da música “Minha Rua” do PMMR. Estes versos ilustram uma realidade sombria, aviltante e degradante da situação de crianças e adolescentes, onde o colorido da alegria passa a dar espaço à escuridão do medo, da incerteza e da insegurança. Conforme apontamos neste estudo grande parte da população vive em condições de subalternidade e exclusão, vivendo dia após dia da instabilidade do trabalho, da carência alimento, e muitas vezes da falta de perspectiva de um futuro. Portanto, podemos afirmar que a pobreza não se resume apenas a materialidade concreta da vida, mas ultrapassa as dimensões subjetivas do sujeito.

Quando olhamos para uma criança, certamente imaginamos o significado da pureza, seres inocentes que ainda não foram corrompidos pelos aspectos da marginalidade, onde a primeira sensação talvez fosse de protegê-la das infelicidades sociais, porém, na leitura “se a sua rua tem jardim, a minha não”, “a minha rua não é rua é uma viela, e quando chove a gente brinca na enxurrada, quando a enxurrada não inunda a minha casa”, e “passa ladrão, passa

---

<sup>12</sup> “Minha Rua” – Rone Costa. Disponível em [www.pmmr.org.br](http://www.pmmr.org.br)

gambé e passa gente, e o viciado e o traficante passa bem na minha frente”, nos perguntamos qual é a proteção garantida a estas crianças e adolescentes?

A expansão dos centros urbanos por meio da concentração de serviços nestes espaços contribuiu para acentuar as desigualdades nas periferias, os extremos das cidades colocam-se como bairros dormitórios, onde a população se desloca para o espaço central em busca de trabalho, educação, lazer ou demais serviços públicos. As periferias, no entanto, sofrem cada vez com a ausência de infraestrutura necessária, em muitas delas não há equipamento cultural que possibilitem outras formas de socialização da criança, e quando existem muitas delas apresentam-se dirigidas por organizações sociais sem recurso para o desenvolvimento de atividades.

A escola se apresenta como um espaço vazio e sem interesse, que vem perdendo seu papel de transmissora do saber para o crime organizado, instituição que oferta “ilusoriamente” a realização material dos desejos de crianças e adolescentes. As ruas das periferias não oferecem lazer, pelo contrário, são formadas por “vuelas e becos” com esgoto a céu aberto, muitas sem iluminação, ou quando possuem é de forma ilegal. Muitas moradias não garantem a privacidade ou segurança de famílias, são formadas por “barracos de madeira” construída de forma irregular ou como palafitas.

Inocência ou pureza, já não são qualidades que representam a imagem de crianças e adolescente, a sociedade os aponta hoje com o apoio da mídia, como infratores, marginais, acreditando em práticas repressoras para a punição de suas ações, sem realizar a discussão sobre as ações violentas legitimadas pelo Estado.

Se crianças ou adolescentes vivem em situação de exclusão ou abandono, se fazem da rua sua sobrevivência, se a escola não lhe é atrativa, se o ato de furtar ou roubar é uma forma de lhe garantia de status, por que se torna a única forma de acesso ao uso de tal marca ou pela obtenção de tal aparelho; não é de forma natural, ou porque nasceram com pré-disposição genética para este comportamento, mas sim e com grande parcela de culpa pelas ações do Estado para o atendimento a esta demanda, em sua maioria paliativas e ineficazes, onde acirramento das desigualdades são resultados das formas de produção capitalista que exclui grande parte da população.

Não podemos deixar de considerar os avanços que ocorreram no que se refere à visão repressora e assistencialista, entretanto, altos são os índices de homicídios cometidos contra esta população, porém a partir de uma concepção histórico critica da realidade de crianças e adolescentes no Brasil, afirmamos que muitos são os desafios a ser enfrentado no que tange a defesa e ao fim da violação de direitos humanos da população infanto-juvenil.

Desta forma como pensar em propostas que conduzam ao rompimento desta lógica? O movimento histórico da sociedade nos leva a refletir que as conquistas alcançadas neste país, se deram por meio da soma de esforços da organização dos movimentos sociais na luta pela reivindicação por melhores condições de vida e liberdade de manifestação.

Afirmar esta ação é considerar que a realidade apresentada não é algo estático ou inerte, mas que vive em um constante movimento dialético que a cada dia se re-significa. Investir nesta ação significa a busca pela garantia e a efetivação dos direitos de populações que vivem na condição de exclusão e subalternidade, é ter a utopia que uma outra realidade é possível para crianças e adolescente. É “introduzir a “desordem” na ordem, abrir brechas, caminhar pelos poros e pelos interstícios da sociedade brasileira”, como aponta Chauí. (1993:178)

A ação cultural do PMMR por meio do bloco Eureka possibilita uma contraposição da cultura dominante, pois sua base está calcada em um contexto de luta sociais, marcada pela presença da violência, mas através da apropriação deste elemento cultural como o carnaval de rua, contribuiu para que os jovens principalmente os que convivem nas periferias, a possibilidade saírem às ruas expressando suas ideias, seus sonhos e aspirações para um futuro melhor.

A periferia que para muitos é considerada como espaço esquecido, marginal e sombrio, onde os sujeitos muitas vezes carregam consigo marcas de um conjunto de carências, sendo desqualificados pelas condições em que vivem e trabalham, enfrentando cotidianamente o confisco de seus direitos mais elementares. Sendo na prática, utilizados como peça de um jogo de interesses políticos que se movem de acordo com os interesses do sistema, pode ser considerada como espaço de resistência e rebeldia.

Resistência, pois ainda existem movimentos que promovem a defesa das culturas subalternas, e rebeldia, pois atua na contramão do que é imposto, considerando que os sujeitos não são apenas meros espectadores de sua vida, mas o definem como integrante ativo de uma comunidade na luta pelos seus direitos como cidadão.

## Referências Bibliográficas

- BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez – 4ª edição, 2008.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006
- COELHO NETO, José Teixeira. *Usos da Cultura; políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural o direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1ª edição, 2006.
- \_\_\_\_\_ Conformismo e Resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 5ª edição, 1993.
- GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.
- IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população Brasileira*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.
- MOVIMENTO NACIONAL MENINOS E MENINAS DE RUA, IBASE/NEV/USP. *Vidas em risco: assassinato de crianças e adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro, MNMMR/IBASE/NEV, 1991.
- NOGUEIRA, Silas. *Cidades Ameaçadas: aspectos da violência infanto-juvenil em Ribeirão Preto*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1998.
- ODÁLIA, Nilo. *O que é violência*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- OLIVEIRA, Dennis. *Ideologia e cultura: o mal estar da contemporaneidade*. In Revista Altejour, Ano 01, volume 01, edição 00, 2009.
- \_\_\_\_\_ *Metodologia de Pesquisa de Bens Simbólicos*. CELACC (Centro de Estudos Latino Americano sobre Cultura e Comunicação).
- PEREIRA, Antonio. *A educação no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR): A contribuição do Projeto Axé na legitimação da Pedagogia Social de Rua*. In Educação em Revista, Marília, v.12, n.2, p.125-144, Jul.-Dez, 2011.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras. 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2ª ed. 2000.

SOUZA NETO, João Clemente. *De menor a cidadão: Filantropia, genocídio, políticas assistenciais*. São Paulo: Nuestra América, 1993.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1996.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2012: A cor dos homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro, Cebela, Flasco, 2012.

\_\_\_\_\_ *Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro, Cebela, Flasco, 2012.

ZALUAR, Alba. *Teleguiados e Chefes: Juventudes e Crime*. In Rizzini, Irene. *A criança no Brasil hoje: desafios para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

### **Sites consultados**

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acesso em 10/05/2013

[www.pmmr.org.br](http://www.pmmr.org.br) acesso em 03/03/2013.

[www.santacasasp.org.br](http://www.santacasasp.org.br), acesso em 20/04/2013.

[http://www.vermelho.org.br/tvvermelho/noticia.php?id\\_noticia=205612&id\\_secao=29](http://www.vermelho.org.br/tvvermelho/noticia.php?id_noticia=205612&id_secao=29), acesso em 13/04/2013.